XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS

Mariza Ferreira da Silva
marizzafs@hotmail.com
Universidade Federal do Paraná
Brasil

RESUMO

O trabalho é resultado de pesquisas e reflexões epistemológicas advindas de leituras e debates realizados no Seminário Temático III Leituras Geográficas do Desenvolvimento: escala, movimentos sociais e conflito, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez, durante o curso de Doutorado, no período de agosto a novembro de 2016, na UFPR – Universidade Federal do Paraná. Tem como objetivos apresentar a síntese bibliográfica das leituras propostas, fazer uma análise epistemológica sobre as teorias do desenvolvimento e pós-desenvolvimento nos discursos e práticas sociais emergentes na América Latina e identificar fundamentos históricos de influências filosóficas, antropológicas, sociológicas e político-econômicas nas análises geográficas sobre o desenvolvimento. A metodologia foi aplicada, a partir de sugestões bibliográficas variadas, seguidas de ciclos de debates, durante os seminários. A proposta didático-científica possibilitou estabelecer nexos teórico-conceituais e aportes analíticos relevantes para a investigação temática sobre a Análise Epistemológica do Discurso Científico Contemporâneo e as Problemáticas Econômica e Social do Espaço, no contexto da globalização, cuja referência é a teoria social crítica. Permitiu ainda, a troca de experiências no campo acadêmico, com a (con) vergência e a (di) vergência de ideias e um diálogo profícuo entre pesquisadores mestrandos e doutorandos das áreas

de Geografia, História, Ciências Sociais, Direito, Arquitetura, Saúde e Pedagogia com o intuito de construir coletivamente práticas reflexivas. O estudo de diversos autores, a proposta de debates e as leituras teóricas relacionadas à diversidade de práticas emergentes e experiências de movimentos sociais libertários e condizentes ao "buen vivir" na América Latina auxiliaram no processo de compreensão das origens da cultura latinoamericana, da sociedade e dos grupos sociais em processos de luta e resistência contra as formas opressoras de vida. As bibliografias selecionadas foram extremamente relevantes e revolucionárias, em tudo que desenvolvemos durante os seminários e debates. A síntese, que se encontra consolidada nesse trabalho, de estrutura analítico-reflexiva permitiu examinar, esclarecer e aplicar conceitos sobre o desenvolvimento. Mas, também, permitiu criar perspectivas e alternativas que visam práticas sociais para além do conflito. E para uma análise de conjuntura política e social – Uma porta aberta para as teorias decoloniais em processos de difusão, não só na América Latina, mas no sistema-mundo, em face da globalização e mundialização do saber que se constrói, sobre outras bases e outras formas de desenvolvimento: em consonância com a teoria social e o pensamento latinoamericano que se constrói e se transforma coletivamente, por meio de práticas reflexivas.

Palavras chave: Desenvolvimento e Pós-desenvolvimento – Discursos e Práticas Emergentes - Teorias Decoloniais na América Latina

ABSTRACT

The work is the result of research and epistemological reflections from reading and debates held at Thematic Seminar III Geographical Readings of Development: scale, social movements and conflict, coordinated by Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez, during the PhD course, from August to November 2016, at UFPR - Federal University of Paraná. Its objectives are to present a bibliographic synthesis of the proposed readings, to make an epistemological analysis on development and post-development theories in emerging social discourses and practices in Latin America and to identify historical foundations of philosophical, anthropological, sociological and

political-economic influences in the analyzes Development. The methodology was applied, based on varied bibliographic suggestions, followed by cycles of debates, during the seminars. The didactic-scientific proposal made it possible to establish theoretical-conceptual links and analytical contributions relevant to the thematic research on the Epistemological Analysis of the Contemporary Scientific Discourse and the Economic and Social Problems of Space in the context of globalization, whose reference is critical social theory. It also allowed the exchange of experiences in the academic field, with (con) vergence and (d) vergence of ideas and a fruitful dialogue between master's and doctoral researchers in the areas of Geography, History, Social Sciences, Law, Architecture, Health and Pedagogy in order to collectively construct reflective practices. The study of several authors, the proposal of debates and the theoretical readings related to the diversity of emergent practices and experiences of libertarian social movements and consistent with the "buen vivir" in Latin America helped in the process of understanding the origins of Latin American culture, society and Of social groups in processes of struggle and resistance against oppressive forms of life. The selected bibliographies were extremely relevant and revolutionary, in everything we have developed during the seminars and debates. The synthesis, which is consolidated in this work, of an analytical-reflexive structure allowed to examine, clarify and apply concepts about development. But it has also created perspectives and alternatives that target social practices beyond conflict. And for an analysis of political and social conjuncture - An open door to the decolonial theories in diffusion processes, not only in Latin America, but in the world system, in the face of globalization and globalization of the knowledge that is constructed, on other bases and Other forms of development: in line with social theory and Latin American thought that is constructed and transformed collectively, through reflective practices.

Keywords: Development and Post-development - Emerging Discourses and Practices - Decolonial Theories in Latin America

I. Introdução

A síntese, resultado da análise epistemológica do discurso científico contemporâneo fundamentado nas abordagens da Teoria Social Crítica, da Antropologia do Desenvolvimento e das Teorias Decoloniais objetivou compreender a problemática espacial socioeconômica, no processo de globalização e na formação histórica do mundo contemporâneo com foco para a evolução do pensamento latinoamericano. Fundamentou-se em perspectiva de investigação bibliográfica que examinasse, esclarecesse e refletisse sobre a visão antropológica e histórico-social dos vocábulos referentes aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, cuja essência original encontra-se no paradigma eurocentrista de "ideia/força", exclusiva da modernidade, para os domínios do pensamento e da ação, ou seja, de indução ideológica ao progresso e ao fortalecimento do sistema capitalista, como formas coloniais do poder e do saber.

O problema em questão é a leitura geográfica do desenvolvimento focada na escala macroeconômica do sistema-mundo, que passa do modelo hegemônico desenvolvimentista de progresso universal moderno, ao mundo multiescalar contemporâneo.

Diante da problemática, a pergunta é: Como mapear o mundo multiescalar contemporâneo, sem dissimular o real sociocultural vivido e seu devir, em uma matriz cartográfica que não induza a geometrização do espaço?

A tese que se coloca aqui é buscar referência em outras escalas sociais de estudo – as analíticas, que transcendam as matemático-cartográficas – sejam elas historico-antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas ou fenomenológicas, mas que sejam capazes de mapear para além do hegemônico, outros mundos num só.

A Geografia é uma ciência que visa analisar relações dinâmicas de fenômenos espaciais – físicos e humanos – dotados de múltiplas variáveis acopladas a outras ciências. Entende-se que, escala, não deve ser vista apenas do ponto de vista cartográfico, mesmo quando se trata de Geografia. Cartografia e Geografia são ciências relevantes que tentam demonstrar fenômenos espaciais, mas têm enfoques analíticos distintos. Neil Smith (2000), por exemplo, analisou os "contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica"

para falar do "espaço da diferença", no mundo contemporâneo. Milton Santos (2001), em sua obra Economia Espacial, apresentou um volume de ensaios escritos, traçando um mapa analítico do subdesenvolvimento e da pobreza, dos espaços e dominação, das formas geográficas que já difundiam o capital e mudavam as estruturas sociais, sem precisar usar a geometrização do espaço, em um cartograma escalar. E assim, tantos outros intelectuais e cientistas, geógrafos e não geógrafos conseguiram abstrair a essência de fenômenos espaciais, de forma inteligível, sem a hegemonia matemático-cartográfica eurocentrista.

Uma das abordagens analíticas sobre a questão do desenvolvimento fundamenta-se na Antropologia, na Geopolítica e na História. Pablo Quintero (2015) em seu livro *Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas*, analisou vários aspectos relacionados à antropologia do desenvolvimento e os principais enfoques das tendências recentes de investigação sobre o tema, a partir de registros e antecedentes geopolíticos de saberes moderno/coloniais para tratar da teoria da colonialidade do poder, na teoria social contemporânea. Explicou, detalhadamente, sobre as relações entre as origens do capitalismo, seu desenvolvimento e a estruturação do sistema-mundo moderno colonial, na sociedade latinoamericana, do ponto de vista de suas redes, escalas e relações de poder, suas explicações históricas e antropológicas. A acumulação originária, de benefício direto ao capital possibilitou o desenvolvimento e a expansão histórica do próprio capital e consequentemente, do sistema capitalista.

De acordo com as ideias do referido antropólogo, requer-se a historização das relações com os principais sistemas de dominação e explotação contemporâneos, desde uma perspectiva das origens da exploração das racionalidades do desenvolvimento que desvelam a linhagem cultural – antropológica e genealógica, para discernir sobre as raízes e linhas ascendentes. È necessário reconstruir todo o "sistema que une desenvolvimento aos sistemas de dominação mais centrais do atual padrão de colonialidade do poder" como sugere Aníbal Quijano (1988; 1989; 2000a) citado por Quintero (2015), em suas abordagens sobre o desenvolvimento. Entretanto, como demonstraram os autores em seus estudos, há numerosas transformações na noção de (des) envolvimento, ressaltando novos adjetivos e novas formas de questionar as tendências gerais do desenvolvimento,

advogando outra forma semântica "desenvolvimentista" que supõe ser diferente do modelo hegemônico, que ultrapassa as fronteiras do sistema-mundo universal para um mundo multiescalar.

As teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas também foram fontes de inspiração para a explicação do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento. Historicamente, se verificou que os mecanismos sociais de exploração e subalternização uniam-se às ideias de libertação, de progresso e de desenvolvimento individual acopladas ao estímulo de encobrir os níveis da estrutura social com o início de uma nova reconfiguração para o sistema-mundo, engendrada em face de uma profunda crise.

II. Marco teórico-conceitual

Quijano (1988) esclareceu que o desenvolvimento não pode ser visto como o "resultado imediato da geopolítica norteamericana ou da estruturação do sistema-mundo contemporâneo, mas é um dos meta-relatos constitutivos da subjetividade moderna ocidental e constitue parte central de seu sistema cultural". Segundo ele, há razões, nas investigações de Williams (2000) que justificam que o vocábulo desenvolvimento aparece no século XVII, como antônimo de *enrollar* ou *arrollar* e já com significação metafórica, durante o século XVIII, com o sentido de *"desarrollar las facultades de la mente humana"* (WILLIAMS, 2000; p. 98 apud QUNTERO, 2015; p. 121) que deriva-se para caracterizar certos processos dos seres vivos relacionados ao "crescimento natural".

Entre os séculos XVIII e XIX o vocábulo já estava intimamente relacionado ao sentido de "evolução" na Europa Ocidental como resultado das digressões filosóficas da época sobre a natureza das sociedades humanas como apresenta Duchet (1975), citado nesses estudos. Mas, como explicou Quintero (2015), "com a hegemonia do liberalismo no século XIX, desenvolvimento passa a ser dominado pela Inglaterra, designando os processos da industrialização, comercialização e expansão imperial, referindo-se aos fenômenos econômicos e sociais e não mais aos fenômenos biológicos" (QUINTERO, 2015; p. 121). Porém, tudo indicava que, o vocábulo desenvolvimento foi utilizado muito antes do século XVII, já na metafísica de Aristóteles (384-322 a. C) e o sentido

aí, estava relacionado à ideia de natureza que se referia à essência das coisas em si mesmas, com o princípio do movimento.

Na visão política aristotélica, a definição da existência do Estado é o resultado de um processo de crescimento natural e o conceito aristotélico não está ligado à racionalidade moderna. Trata-se de um olhar processual e cíclico do crescimento, diferente da visão atual de desenvolvimento e a noção é de um processo acumulativo e ilimitado. Isso assegura que, desenvolvimento como se entende contemporaneamente é "uma ideia exclusiva da modernidade". Pode-se dizer que desenvolvimento é tanto um instrumento de classificação social, quanto uma fonte de forças sociais de diversos tipos, que:

> Reside com grande potencialidade no mais profundo sentido comum da grande maioria da população do planeta e é parte de uma trama de sentidos e práticas compartilhadas que vem sendo gerado no longo tempo histórico e que adquire a peculiaridade de se apresentar desde a segunda guerra, mas como uma velha novidade (QUINTERO, 2015; p. 123).

Quijano (1988) trabalhou com duas escalas de análise. A primeira relacionada à exploração da constituição histórica do desenvolvimento como uma formação subjetiva moderna. Daí, uma nova consciência de racionalidade que influenciou a totalidade da população global. Consequentemente, a conquista de territórios que passaram a ser chamada de "América" e a projeção para o surgimento de novas identidades geoculturais, imaginários sociais e perspectivas de conhecimento. A segunda demonstrou que, a modernidade se construiu junto com o capitalismo como uma expressão integral do padrão global de poder, emergindo como novo sistema de produção e controle das relações intersubjetivas dependentes das exigências capitalistas e da necessidade dos colonizadores de perpetuar e naturalizar sua dominação.

O eurocentrismo, na visão do autor, de fórmulas identitárias da modernidade, articulou-se em torno da produção de alteridades e da autodefinição da recém-criada identidade de Europa com a colonialidade do poder. Essa, com a ideia de classificação/hierarquização entre conquistadores e conquistados, sujeitou indivíduos e grupos sociais ao padrão do poder.

Nesse contexto, a ideia de "progresso" apareceu como uma nova síntese da ideia do desenvolvimento, encarnada como evolucionismo social, na França e na Inglaterra, com profunda inspiração na Revolução Industrial, influenciando o século XIX e sendo fundamentalmente inspirador a modelos políticos do século XX.

Do ponto de vista da historicização do desenvolvimento, a escala temporal da sociedade tomou o contorno evolucionista marcado por dois campos fronteiriços: o mundo dos dominadores e o mundo dos dominados, durante o processo civilizatório e o momento da contemporaneidade, alcançado pela Europa. Do ponto de vista espacial, a expansão planetária dos impérios europeus, incluiu outras populações e outros territórios baseados na relação de poder e nos conflitos em virtude da exploração econômica e da (re) produção à contraluz da identidade europeia. A reprodução se estabeleceu em um mundo fragmentado e disperso e a colonialidade do poder alcançou a globalização, em seus diversos mundos fragmentados, onde a hegemonia global se projetou no *locus* da exploração.

Quijano (2000c) advertiu que, as mutações advindas da modernidade não estavam representadas exclusivamente, pela conformação de novas relações intersubjetivas, mas estavam acompanhadas pela estruturação de um vasto e inédito modelo de controle e de explotação do trabalho. Esse modelo incidiu de maneira equivalente, em todos os âmbitos da existência social, tendo "a hegemonia do desenvolvimento como ideia/força" veiculada da mesma forma a partir do conjunto de relações estabelecidas pelo capitalismo e não, exclusivamente, como ideologia e/ou utopia, pois são aspirações motivadoras e impulsionadoras de transformações e mudanças na sociedade". Interessante é perceber que Quijano analisa o "desenvolvimento ideia/força" representado como "domínio do pensamento e da ação", constituído por um conhecimento que administrava seus próprios discursos e representações, que operava e codificava suas práticas interventoras, tanto no crescimento e expansão do capitalismo quanto na colonialidade do poder. No capitalismo global, essa ideia/força exerce a função de controle do trabalho para o mercado, em torno da hegemonia do capital. Segundo esse mesmo autor, na América Latina foram geradas, historicamente, particulares formas de controle e mobilização da mão de obra, a partir de mecanismos de classificação social impostos pela colonialidade do poder, fazendo ligações

estruturais entre "raça-trabalho" e "gênero-trabalho", modelando sistemas específicos de explotação submetidos ao capitalismo.

De acordo com Escobar (1998), na arquitetura do desenvolvimento as (re) semantizações contemporâneas do desenvolvimento mantêm seus significados centrais de sobrevivência da ideia/força e sua capacidade de sustentar-se para manter esses significados. Seguindo as explicações desse estudioso sobre a questão, foi verificado que, estas mutações – como entendidas por ele – são produtos necessários ao desgaste da ideia/força, como táticas e estratégias hegemônicas para dar continuidade aos programas desenvolvimentistas recorrentes a diferentes adereços que encobrem os cimentos centrais desta ideia/força moderno/colonial.

Apesar de diversos grupos de cientistas (1970) se posicionarem contra o modelo de desenvolvimento industrial empreendido pelo capitalismo contemporâneo e pelas políticas desenvolvimentistas e advertirem sobre as consequências nocivas ao planeta, a raiz da crise ecológica já se via nas quatro últimas décadas do século XX e já se visualizava a origem do planejamento sustentável na América Latina.

As propostas de "desenvolvimento ecológico" se "baseavam na proposição de um modelo de crescimento e direcionalidade econômica. Outras propostas, fundamentadas na "teoria da dependência", propunham um tipo de desenvolvimento baseado na potencialização das capacidades internas de um Estado ou de uma região, objetivando um nível de vida ótimo que suprisse internamente, as necessidades vinculadas ao desenvolvimento, deixando em segundo plano a abertura econômica exógena, vista como problemática.

Nas décadas de 1980 e 1990, com inspiração no modelo de desenvolvimento endógeno, outras adjetivações e modelos de desenvolvimento foram incorporados. Na atualidade, vislumbra-se uma quantidade numerosa na lista de definições e no debate internacional, destacando-se: desenvolvimento local territorial; desenvolvimento territorial integrado; eco-etno-desenvolvimento; desenvolvimento humano sustentável; desenvolvimento com "rosto humano"; desenvolvimento desde abaixo; desenvolvimento com equidade: desenvolvimento ecoterritorial sustentável e tantos outros, até difíceis de imaginar, que estão presentes no contexto multiescalar.

Não obstante, na conjuntura histórica atual, o uso de categorias derivadas do desenvolvimento em relação à contradição de "subdesenvolvimento", colocadas por vários estudiosos do assunto estão longe de explicitarem as tendências econômicas e as dinâmicas sociais do mundo contemporâneo. O coletivo de adjetivações encobrem a capacidade de vislumbramento e entendimento da profundidade e natureza dos fenômenos advindos da trajetória capitalística e seus efeitos. Essa situação emergente torna necessária a urgência de encontrar novas tramas de sentido que podem orientar e motivar tanto a visualização dessas problemáticas desenvolvimentistas, como a transformação das estruturas do padrão de poder operante.

Nildo Ouriques (2013) *in: La Crisis Del Neodesarrollismo y La Teoría Marxista De La Dependencia* aponta como relevante os protestos sociais ocorridos no Brasil (2013) e os protestos ocorridos em toda a América Latina, como novas formas de criação de espaços latinoamericanos.

Quijano (2011) em seu artigo titulado *"Bien vivir: entre el "desarrollo" y la des/colonialidade del poder,* analisou uma nova resistência, desde os fins do século XX, inaugurada como uma tendência de recolonização global. Essa resistência, modo de produção de um novo sentido de existência social pela vida e pela sobrevivência, tem a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta. Esse novo horizonte de sentido histórico, de defesa pelas condições de vida no planeta, de lutas e práticas sociais sinaliza o "processo de des/colonialidade do poder como contínua produção democrática da existência social" (QUIJANO, 2011; p. 84-85).

Do ponto de vista da subversão feminista da economia[1], Amaia Pérez Orosco (2014) apresentou aportes para um debate sobre "o conflito capital-vida" e ressaltou a importância da confluência de olhares críticos para a sustentabilidade que tem a vida no centro, como elemento de criação coletiva do pensamento feminista. Esse visou pensar a economia do gênero e a igualdade de oportunidades, desde uma perspectiva feminista, tanto do ponto de vista de integração quanto do ponto de vista de ruptura. A leitura rompeu com a visão ancorada nos mercados na crise multidimensional, de cunho financeiro, inovando no sentido de apontar novos olhares no entendimento da vida, na vida e para a vida, com ferramentas concentradas na análise e na política.

[1] A economia, aqui, é vista como construção social. *In: Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida* (OROZCO, 2014 ; p.36), foi esclarecido que, "dentro de Economia feminista, quem primeiro a assinalaram vinculando à construção social do gênero foram Marianne A. Ferber e Julie A. Nelson" (1993).

A preferência foi mirar do ponto de vista do oprimido e da economia diversa que sustenta o *buen vivir* e questiona o sistema, mas com a perspectiva do cuidado com a vida. Para entender a noção da criação do pensamento coletivo, explicitou Orozco:

> Entendemos la *creación de pensamiento* como un proceso multidimensional que escapa de la disyuntiva pensar/actuar y que va más allá de la labor de rata de biblioteca y/o de lanzar grandes palabros desde uma torre de marfil. Toda apuesta política há de tener uma forma de ser nombrada y transmitida y todo lo conocido há de suponer una intervención política. Para poder actuar sobre el mundo necessitamos pensarlo. Y esto requiere *conocer y nombrar las cosas;* crear categorías y relatos que permitan una ruptura con la hegemonia discursiva que impone un único mundo posible y una sola forma de leerlo. No queremos *conocer* en el sentido de ir descubriendo pequenos pedacitos acumulables de una realidad que está ahí fuera, inmutable. Queremos *conocer* desde la convicción de que a medida que nombramos la vida desde otros sitios, podemos ir construyendo otros mundos y otras formas de estar en ellos (OROZCO, 2014; p. 29).

Orozco (2014) introduziu ao debate recente, conceitos analíticos e questões políticas para pensar a socioeconomia, advertindo que, não se trata de uma crise apenas financeira e sim, multidimensional: ecológica, de reprodução social e de cuidados.

Como ressaltou Escobar (2005), os estudos culturais, a teoria feminista, os estudos étnicos e do meio ambiente foram diferentes formas de entender "o como" se operava o desenvolvimento. Representaram novas tendências e novos campos, desde 1980. Entretanto, já na segunda metade da década de 1990, as análises e formas de concepções alternativas se converteram em objeto de agudas críticas e refutações, com três objeções à proposta original do pós-desenvolvimento: discurso da pobreza e capitalismo, como verdadeiros problemas do desenvolvimento; visão generalizada e essencialista de desenvolvimento, tendo como realidades as vastas diferenças entre estratégias de desenvolvimento e instituições; romantização das tradições locais e dos movimentos sociais. Da década de 1950 à década de 1990, período que antecedeu o século XXI, denominou-se era do desenvolvimento. Mas, a partir do início da década de 1990, os acadêmicos críticos e praticantes no campo do desenvolvimento passaram a introduzir o vocábulo pós-desenvolvimento, para diferenciar o novo período que marcava a produção de um debate dinâmico, não só na geografia, mas em vários campos científicos, principalmente nas ciências sociais.

De acordo com as explicações conceituais de Arturo Escobar (2005; pp.: 17-31) no artigo *El "postdesarrollo" como concepto y prática social in*: *Políticas de Economía, Ambiente Y Sociedad en Tiempos de Globalización*, coordenado por Daniel Mato, "o pós-desenvolvimento transcende a conotação conceitual do vocábulo *dévélopper* e implica em uma prática social".

De acordo com a análise de Escobar (2005, p. 18), nas ciências sociais, a conceitualização sobre o desenvolvimento, passou por três momentos ou orientações contrastantes:

– as teorias da modernização, aliadas de crescimento e desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, fundamentadas na certeza dos benefícios do capital, como a ciência e tecnologia e embasada em teóricos e elites mundiais;

– a teoria da dependência e suas perspectivas, nos anos 60 e 70, do século XX, cujas raízes explicativas focavam o subdesenvolvimento e sua conexão entre "dependência externa e exploração interna e não na suposta carência de capital, tecnologia ou valores modernos". O problema não estava no desenvolvimento, mas no capitalismo.

– as aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural, na segunda metade da década de 1980 e a década de 1990.

Esses momentos classificados nos paradigmas originais emergiram das teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas e convergiam para combinações mais ecléticas, onde o paradigma central eurocentrista, ainda era a fonte principal de informação, como ressaltou Escobar (2005), que segundo ele, isso, dificultava o diálogo para o engajamento de perspectivas mais abertas, impedindo a transposição conceitual desse paradigma. Nesse sentido, a noção de pós-desenvolvimento não propôs outra versão do desenvolvimento, mas questionou os modos pelos quais a Ásia, a África e a América Latina foram definidas como "subdesenvolvidas" e por, isso, necessitavam de desenvolvimento. Ou seja, desvelou a questão ideológica do desenvolvimento, originária, exatamente, na Europa e na sociedade moderna. A questão central dos pós-estruturalistas foi, com que objetivo e por meio de que processos históricos e com que consequências Ásia, África, América Latina foram idealizadas como Terceiro Mundo através dos discursos e das práticas do desenvolvimento.

Harvey (2006), em sua obra *The Limits to Capital*, analisou a crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo, em questões importantes como desenvolvimento geográfico desigual, concentração e dispersão geográficas, regionalização da luta de classes e entre facções, arranjos hierárquicos e a internacionalização do capital, entre outros aspectos da teoria da crise, da construção das crises globais e das rivalidades interimperialistas, tendo a guerra global como uma forma de desvalorização.

III. Metodologia

Os procedimentos metodológicos visaram, inicialmente, a revisão bibliográfica sobre a temática que incluiu diversos autores que tratavam da reflexão sobre desenvolvimento e pós-desenvolvimento, a partir de periodizações históricas, antropológicas e sociais, sob a ótica do capitalismo eurocentrista, mas no sentido de desconstruir os pressupostos da ideia/força hegemônica e realçar o pensamento latinoamericano. As leituras foram seguidas por ciclos de debates, o que permitiu verificar os discursos científicos em relação às práticas recentes dos movimentos sociais e as escalas analíticas de autores que demonstram perspectivas decoloniais, com foco para a América Latina. A pesquisa resultou na identificação dos discursos das teorias liberais, marxistas-estruturalistas e pós-estruturalistas e na identificação de abordagens pluralistas sobre o desenvolvimento na contemporaneidade.

IV. Análise e discussão de resultados

Como tentativas de respostas à questão do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento, pelo menos quatro discursos foram consolidados como formas de explicação, verificados na revisão bibliográfica, de acordo com as ideias de Escobar (2005):

1. Discurso Histórico

– indica o surgimento do “desenvolvimento”, no período pós-guerra, mas com raízes mais profundas na modernidade e no capitalismo;

2. Discurso do Desenvolvimento

– tornou possível, vasto aparato institucional como ONU, FMI, Banco Mundial, Agências Nacionais de Planejamento e Desenvolvimento e projetos locais de desenvolvimento. O discurso tornou-se "força real" transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão.

3. Discurso do Desenvolvimento (já operacionalizado, materializado)

– através de dois mecanismos principais:

3.1. Profissionalização de problemas de desenvolvimento, com conhecimentos especializados como campos para lidar com o "subdesenvolvimento".

3.1. Institucionalização do desenvolvimento com vasto sistema-rede de organizações, projetos, intervenções, conhecimentos sobre agricultura, alimentos, extensão agrícola, crédito, infraestrutura. Houve uma transformação profunda no campo, nas sociedades campesinas, no terceiro mundo. E com alinhamentos a conceitos da terra, da agricultura, criação de animais, entre outros elementos relacionados à terra.

4. Discurso da Análise Pós-Estruturalista

– com destaque para as formas de exclusão de conhecimentos e vozes dos sujeitos que se beneficiaram do desenvolvimento: pobres da Ásia, África, América Latina.

A ideia do pós-desenvolvimento surgiu com a desconstrução do desenvolvimento, a partir de uma série de análises de descontentamento com o desenvolvimento no chamado Terceiro Mundo e levou os pós-estruturalistas à era do pós-desenvolvimento, que não seria visto como um período histórico, mas como um regresso à posição realista. Para alguns pós-estruturalistas, o desenvolvimento não seria o princípio organizador central da vida social. A intenção era a revalorização das culturas vernáculas, a construção de mundos mais humanos, cultural e ecologicamente sustentável tornando mais sério os movimentos sociais e as mobilizações na nova era que se construía, com menor dependência de conhecimentos teóricos.

Escobar (2005, p. 23) apresentou sua resposta à crítica pós-estruturalista com base na perspectiva da Sociologia do conhecimento e defendeu a ideia de que a modernidade e o capitalismo são simultaneamente, sistemas de discurso e de práticas, demonstrando que as teorias

não superam as necessidades e os desejos reais das pessoas. Segundo ele, há diferenças entre satisfazer necessidades materiais através de economia de mercado e através de práticas de instituições não capitalistas. No discurso da análise pós-estruturalista, outra crítica contundente foi a de que os proponentes do pós-desenvolvimento representaram o desenvolvimento como algo homogêneo quando em realidade é diverso, heterogêneo, algo em disputa, impuro e híbrido.

Bebbington (2000) citado por Escobar (2005) referia-se à noção de desenvolvimento, sendo ao mesmo tempo alternativa e desenvolvimentista, crítica e praticável, enfocada no conceito de sustento. Esse autor ainda fez referências aos trabalhos de Grillo e Stirrat (1997), que utilizaram a crítica do pós-desenvolvimento como porta de entrada para uma redefinição construtiva da teoria e prática do desenvolvimento e Fagan (1999) que sugeriu que a política cultural do pós-desenvolvimento originou na vida das lutas cotidiana de grupos concretos de pessoas, particularmente mulheres e de propostas marxistas e pós-estruturalistas. Outro foco de discussão foi a relação: pós-desenvolvimento, feminismo e teoria pós-colonial. Sylvester (1999) advertiu sobre o efeito de narrativas do mundo à distância, que é separado daqueles com quem se dialoga. Propôs construir conexões entre a teoria pós-colonial e o pós-desenvolvimento como uma das medidas corretivas do problema. Nesse contexto, as questões do gênero e da pobreza tornaram-se espaços privilegiados como elementos fundamentais do pós-desenvolvimento.

Escobar (2005) analisou ainda, que, "a teoria pós-colonial, a economia política e o feminismo foram marcantes para o novo entendimento do desenvolvimento".

Estudiosos a esse respeito, podem ser citados como Marchand e Parpart (1995), Gardner e Lewis (1996), Schech e Haggis (2000). Também foram ressaltados, de maneira produtiva, alguns assuntos básicos de diferenças paradigmáticas de Pieterse (1998), na análise de Escobar (2005).

V. Conclusões

As reflexões sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, pós-desenvolvimento e o contexto do capitalismo colonial/moderno possibilitaram a compreensão do processo de reconfiguração do sistema-mundo moderno/colonial e a globalização do desenvolvimento como

metáforas de hegemonia global e genealogia puramente ocidental, na América Latina. Porém, o imaginário ocidental, que induzia a crença de benefícios advindos do consumo capitalista de bens industriais e técnico-científicos, não passou de fábula e fracassou. As ideologias desenvolvimentistas do progresso e das inovações tecnológicas impediram que a vida social sobressaísse e desenvolvesse, a partir de suas diferenças culturais e necessidades próprias.

Nas últimas décadas, os debates em relação às novas tendências de explicação da noção de desenvolvimento e suas práticas originárias de dissimulação, exploração e subalternização foram marcadas pelos conflitos de interesse político-social. Entretanto, os focos de resistência à ideia/força original da colonialidade e centralidade do poder eurocêntrico projetado na América Latina, são (re) significados com a noção de poder político, cidadania e democracia. Os movimentos sociais se proliferam e redirecionam as demandas e as práticas das políticas públicas, na polifonia que clama pela exclusão da opressão, da violência e de alternativas de paz.

VI. Bibliografia

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (2012). *Geografia: conceitos e temas*. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 352 p.

ESCOBAR, Arturo (2005). *El "postdesarrollo" como concepto y práctica social*. *In*: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de economia, ambiente y sociedade en tiempos de globalización*. Caracas; Facultad de ciências Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.

HARVEY, David (1982). *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell.

HARVEY, David (1989). *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change.* Oxford: Basil Blackwell Ldt.

OROZCO, Amaia Pérez (2014). *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida.* Madrid: Traficantes de Sueños. Mapas. 279p.

OURIQUES, Nildo (2013**).** La Crisis Del Neodesarrollismo y La Teoría Marxista De La Dependencia. *In*: MARINI, Ruy Mauro: *40 Años de Dialéctica De La Dependencia*. Dossier. Ano 26. Número 72. Mayo-*Agosto.*

QUIJANO, Aníbal (2011). "Bien vivir: entre el "desarrollo" y la des/colonialidade del poder. In Quito: *Ecuador-Debate – Revista Especializada en Ciencias Sociales*, p.77-88.

QUINTERO, Pablo (2015). *Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas*. Editado por ROSA, Lena Dávila da e ARIAS, Ana Carolina. -1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 200 p.

SAÑUDO, María Fernanda (ed.) (2016). *Desarrollo: prácticas y discursos emergentes em América Latina*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar – CLACSO, 335 p.

SMITH, Neil (2000). Contornos de uma Política Espacializada: Veículos dos Sem-Teto e Produção de Escala Geográfica. *In:* ARANTES, Antonio A. (Orgs). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus.